



PARECER PRÉVIO Nº 14/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10913/2015**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Codajás.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos, Prefeito à época.
- 6- **Advogado:** Tábatta Lorena Coelho Guimarães OAB/AM nº 7.789.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 544/2018-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.1585/1603).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Codajás. Exercício 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1- Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a **desaprovação das Contas** da Prefeitura Municipal de Codajás, referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos**, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88, art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/1991, art. 1º, I e 29, da Lei Orgânica do TCE/AM e art. 3º da Resolução TCE nº 09/1997;

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Março de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva,



ACÓRDÃO Nº 14/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 14/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10913/2015**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Codajás.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época.
- 6- **Advogado:** Tábatta Lorena Coelho Guimarães OAB/AM nº 7.789.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 544/2018-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.1585/1603).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Codajás. Exercício 2014.

Irregular. Multas. Prazo. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1– Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Codajás, referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, "b" e "c", da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 11, III, "a" e art. 188, §1º, "b" e "c", do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.2 – Aplicar Multa ao Sr. Edivaldo Silva Araújo no valor de R\$ 13.152,37** (treze mil cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pela impropriedades apontadas neste relatório/voto, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II e III, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, V e VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificados danos ao erário e praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.3 – Aplicar Multa ao Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos**, no valor de **R\$ 1096,03** (mil e noventa e seis reais e três centavos), que deve ser recolhida na esfera estadual para os Encargos Gerais do Estado -



ACÓRDÃO Nº 14/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 14/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

SEFAZ, nos termos do art. 54, da LRF c/c art. 308, II, do Regimento Interno do TCE/AM, pelo atraso no encaminhamento do RGF do 2º semestre de 2014;

10.4 – Aplicar Multa ao Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos, no valor de R\$ **1096,03** (mil e noventa e seis reais e três centavos), que deve ser recolhida na esfera estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos do art. 165, §3º da CF/88 c/c art. 308, II, do Regimento Interno do TCE/AM, pelo atraso no encaminhamento do RREO do 6º bimestre de 2014;

10.5 – Aplicar Multa ao Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos, no valor de R\$ **10.960,31** (dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta e um centavos), que deve ser recolhida na esfera estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos do art. 1º, XXVI, 52 e 54, I e II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 308, III, VI, do Regimento Interno do TCE/AM, pelas irregularidades não sanadas elencadas pelos órgãos técnicos e que configuraram grave infração à norma legal e regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

10.6 – Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres públicos do valor da pena pecuniária imposta, com comprovação perante este Tribunal. Expirado o prazo, AUTORIZA desde já a instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução nº 04/02- TCE/AM;

10.7 - Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Março de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado)

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral